



Da tribuna, constituinte discursa. No plenário, seus companheiros fazem de tudo, menos ouvir

Mandato e críticas ao Governo dominam sessão

A redução do mandato do presidente José Sarney foi pedida quatro vezes, ontem, na Assembléia Nacional Constituinte, durante sessão plenária em que, de 25 discursos, 17 foram contra o Governo. Em sua defesa, levantou apenas o deputado Ibsen Pinheiro (RS), falando em nome da liderança do PMDB, enquanto os outros sete pronunciamentos giraram em torno de temas regionais ou de propostas constitucionais.

As críticas vieram até mesmo dos partidos da situação, PMDB e PFL. Waldir Pugliesi (PMDB/PR) acusou o Presidente de não cumprir os compromissos de campanha da Aliança Democrática e querer se eternizar no poder, com um mandato de seis anos, quando deveria ser um presidente transitório. E Assis Canuto, do PFL de Rondônia, que derrubou o microfone ao chegar à tribuna, se associou à idéia de demissão em massa do ministério, lançada pelos ministros Deni Schwartz, do Desenvolvimento Urbano, e Marco Maciel, do Gabinete Civil.

A crítica maior em torno do mandato do presidente

Const 87

Sarney vem, contudo, do PT. O líder do partido, José Genoíno (SP), discursou no pinga-fogo e no período de comunicação das lideranças para defender a proposta petista de ampla mobilização nacional "em defesa dos interesses do povo, que estaria incompleta se não estivesse centrada na redução do mandato do Presidente". Ele disse que qualquer legitimidade que o Governo pudesse ter acabou com o fracasso do Plano Cruzado e "os slogans do mudancismo caíram no vazio".

A outra voz pela redução do mandato do presidente Sarney foi de Aldo Arantes (GO), líder do PC do B. O deputado criticou os setores que defendem os seis anos previstos pela Constituição vigente alegando direito adquirido. Frisou que havia um compromisso em torno de quatro anos e que esse tempo seria fixado pela Constituição. Observou, contudo, que, antes, a Assembléia precisa definir o

sistema de governo, pois pretende-se, segundo ele, estabelecer o presidencialismo com a discussão do mandato de Sarney.

"O Judiciário é um subpoder nesse País", afirmou Aldo Arantes, ao criticar o sistema presidencialista. Ele destacou que o Executivo vem se sobrepondo aos outros poderes, inclusive esvaziando o Legislativo com a utilização abusiva dos decretos-leis. Na sua opinião, no Brasil, os três poderes estão a serviço dos grupos dominantes e é preciso mudar essa situação.

IMPOSTOS E JUROS

As altas taxas de juros e a mordida do leão do Imposto de Renda na classe média foram outros motivos de críticas ao Governo, que partiram indistintamente do PMDB, PFL, PDS e PDC. Mas também a intervenção do Exército e da marinha, respectivamente, nas greves das refinarias de petróleo e portos, voltou a ser discutida em plenário e foi o que abriu brecha para o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB/RS) defender o Governo.

Segundo o deputado peemedebista, que falou pela liderança do partido, ao abordar o episódio das in-

tervenções, a oposição omitia a realização de negociações favoráveis desenvolvidas pelo ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, que terminou com a readmissão dos marítimos demitidos por ocasião da greve. Disse, ainda, que não se podia esperar que a oposição usasse a tribuna para falar dos avanços institucionais da Nova República, destacando, nesse contexto, a realização de duas eleições no País em pouco tempo: para prefeitos das capitais e Congresso Constituinte e governadores.

DESCASO

O descaso dos constituintes com os oradores foi uma constante na sessão de ontem. Alguns conversavam de costas para a mesa; outros com o companheiro de bancada do lado. Havia também quem lesse os jornais do dia, mas muito poucos que prestassem atenção.

Maurício Campos (MG), que ocupa interinamente a presidência do PFL e se articula para se tornar o titular do cargo, foi um dos que se manteve mais tempo de costas. Sempre nessa posição, falou com vários partidários seus.